

A. I. N ° - 206854.0002/04-6
AUTUADO - ATOL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA.
AUTUANTES - LUIZ CARLOS PRATES SANTOS E ANTÔNIO TORRES DE BARROS
ORIGEM - IFEP METRO
INTERNET - 24/11/2004

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO JJF N° 0457/01-04

EMENTA: ICMS. 1. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. **a)** DESTAQUE A MAIS NAS NOTAS FISCAIS DE AQUISIÇÃO. Não é admitido pela legislação o crédito fiscal em valor superior ao calculado através da aplicação da alíquota correspondente. Infração reconhecida. **b)** MATERIAL DE USO E CONSUMO. É vedada a utilização de crédito fiscal relativo a material de uso ou consumo do estabelecimento. Autuado elide parcialmente a exigência. Infração parcialmente subsistente. **c)** ENERGIA ELÉTRICA. Infração reconhecida. **d)** FALTA DE ESTORNO. DESINCORPORAÇÃO DE BENS DO ATIVO FIXO. A legislação da época previa o estorno do crédito quando a desincorporação de bens do ativo fixo ocorresse dentro do prazo quinquenal. Infração reconhecida. **e)** FALTA DE APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DO DIREITO AO CRÉDITO. Aquisição de veículo de transporte pessoal para uso individual dos administradores da empresa ou de terceiros não autoriza a utilização do crédito fiscal. Infração não elidida. 2. ZONA FRANCA. FALTA DE COMPROVAÇÃO DO INTERNAMENTO DE PRODUTOS PELA SUFRAMA. Infração reconhecida. 3. IMPOSTO LANÇADO E RECOLHIDO A MENOS. Infração reconhecida. 4. BASE DE CÁLCULO. DESPESAS ACESSÓRIAS. CAPATAZIA E ARMAZENAGEM. Integram a base de cálculo do ICMS na importação os valores relativos a capatazia e armazenagem. Infração reconhecida. 5. DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS DESTINADAS A CONSUMO DO ESTABELECIMENTO. Infração reconhecida. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 31/08/2004, imputa ao autuado as seguintes infrações:

1. Utilização indevida de crédito fiscal de ICMS em decorrência de destaque de imposto a maior nos documentos fiscais, relativo ao lançamento no livro Registro de Entradas de aquisições

- de mercadorias para industrialização e/ou comercialização com alíquotas maiores que as devidas, nos meses de setembro de 1999, março a agosto e outubro de 2000, exigindo ICMS no valor de R\$ 9.210,79;
2. Utilização indevida de crédito fiscal de ICMS referente à aquisição de material para uso e consumo do estabelecimento, nos meses de março a julho de 2000, exigindo ICMS no valor de R\$ 4.586,18;
 3. Falta de recolhimento do ICMS devido em virtude de saída de produto industrializado para a Zona Franca de Manaus com benefício de isenção do imposto sem a comprovação do internamento por parte da SUFRAMA, relativo às saídas para áreas de livre comércio - Amapá, nos meses de março, junho e outubro de 2000, julho de 2001 e março, julho e outubro de 2002, exigindo ICMS no valor de R\$ 14.746,06;
 4. Recolhimento a menor de ICMS em decorrência do desencontro entre os valores do imposto recolhido e o escriturado no livro Registro de Apuração do ICMS, relativo ao imposto normal, nos meses de dezembro de 2000, fevereiro de 2001 e janeiro de 2002, exigindo ICMS no valor de R\$ 3.395,60;
 5. Recolhimento a menor do ICMS devido pelas importações de mercadorias do exterior, em razão de erro na determinação da base de cálculo, quer pela falta de inclusão das despesas aduaneiras incorridas até o desembaraço, quer pela utilização incorreta da taxa cambial, em razão de não ter agregado à base de cálculo a capatazia e/ou armazenagem, nos meses de janeiro, fevereiro, abril, maio, julho a setembro e dezembro de 2001 e janeiro a abril, julho, setembro e dezembro de 2002, exigindo ICMS no valor de R\$ 1.164,31;
 6. Utilização indevida de crédito fiscal de ICMS relativo ao consumo de energia elétrica, com glosa de 100% no escritório comercial e no painel luminoso e de 10% na indústria não vinculado ao processo fabril do total de ICMS creditado das notas fiscais, tendo infringido os arts. 97, IV, "c" e §2º e 100, IV do RICMS/97, nos meses de janeiro, fevereiro, abril e junho a dezembro de 2001 e janeiro a junho, setembro, outubro e dezembro de 2002, exigindo ICMS no valor de R\$ 10.493,94;
 7. Falta de recolhimento de imposto decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, nas aquisições de mercadorias em outras unidades da Federação e destinadas a consumo do estabelecimento, referente aos meses de janeiro a abril, junho e dezembro de 2001 e maio e junho de 2002, exigindo ICMS no valor de R\$ 5.232,55;
 8. Falta de estorno do ICMS atinente a bens do ativo, adquiridos até 2000, e desincorporados antes de completar o período de 5 anos conforme art. 100, §7º, I do RICMS/97, sendo o estorno de 20% por ano ou fração que faltar para completar o quinquênio, referente ao mês de outubro de 2002, exigindo ICMS no valor de R\$ 21.663,26;
 9. Utilização indevida de crédito fiscal de ICMS sem a apresentação do competente documento comprobatório do direito ao referido crédito, relativo à nota fiscal nº 72.248, adquirido em 26/04/2000, do fornecedor com CNPJ nº 15.226.699/0001-80, no valor de R\$ 54.707,81, exigindo ICMS no valor de R\$ 9.300,36;

O autuado, através de sua advogada, em sua impugnação (fls. 231 a 236), afirmou que reconhece a procedência total das Infrações 01 e 03 a 08 e parcial da Infração 02, informando ter requerido o parcelamento do débito, nos termos do documento anexado.

Na Infração 02, afirmou que tem o direito de se creditar das aquisições de energia elétrica usada ou consumida em seu estabelecimento, sendo que o autuante, no mês de junho de 2000, não levou

em consideração o específico caso da nota fiscal da Coelba (fl. 245), com valor do imposto destacado de R\$ 3.324,58, dando o direito ao crédito de 90% deste valor, de R\$ 2.992,12.

Em relação à Infração 09, requereu a juntada da nota fiscal nº 72.248 (fl. 246), alegando que o cerne da infração está na sua falta de apresentação, aduzindo que a não apresentação da mesma na época da autuação não impossibilita a sua exibição em outro momento, e solicitou que o lançamento seja julgado improcedente.

Os autuantes, em sua informação fiscal (fls. 254 e 255), afirmaram acatar a argumentação do contribuinte em relação à Infração 02, ressaltando que o crédito foi glosado em função do autuado tê-la lançado com o CFOP 1.97 e não a ter exibido durante a ação fiscal.

Quanto à Infração 09, asseveraram que o veículo adquirido através das notas fiscais nºs 72.248 e 71.775 (fls. 246 e 247), não exibidas durante a fiscalização, é destinado ao uso pessoal dos administradores, não dando direito ao crédito por ser alheio à atividade do autuado, conforme o art. 97, IV, “c” e §2º do RICMS/97, o qual transcreveram.

VOTO

O Auto de Infração fora lavrado para exigir o ICMS em razão de utilização indevida de crédito fiscal, em decorrência de destaque de imposto a maior nos documentos fiscais, de aquisição de material para uso e consumo do estabelecimento, relativo ao consumo de energia elétrica e pela falta de apresentação do competente documento comprobatório do direito ao referido crédito, bem como pela falta de seu recolhimento, relativo à falta de comprovação do internamento por parte da SUFRAMA, nas saídas para áreas de livre comércio com benefício de isenção do imposto, e em decorrência da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, nas aquisições de mercadorias em outras unidades da Federação e destinadas a consumo do estabelecimento, e pelo seu recolhimento a menor, em decorrência do desencontro entre os valores do imposto recolhido e escriturado no livro Registro de Apuração do ICMS e pelas importações de mercadorias do exterior, em razão de erro na determinação da base de cálculo, por não ter agregado à base de cálculo a capatazia e/ou armazenagem, além da falta do seu estorno, relativo a bens do ativo, adquiridos até 2000, e desincorporados antes de completar o período de 5 anos.

Em relação às Infrações 01 e 03 a 08, verifico que estão suficientemente demonstradas nos autos e foram reconhecidas pelo autuado, não havendo, portanto, lide quanto às mesmas, pelo que entendo que são subsistentes.

Na Infração 02, o autuado requereu a exclusão de parte do valor referente à nota fiscal emitida pela Coelba em junho de 2000, por entender que possui direito ao crédito fiscal de R\$ 2.992,12, correspondente a 90% do valor do imposto destacado, já que se refere a energia elétrica usada ou consumida em seu estabelecimento, argumentação que foi inclusive acatada pelos autuantes. Desta forma, entendo que a infração está parcialmente caracterizada, com redução de R\$ 2.992,12 do valor referente a junho de 2000, restando um valor devido de R\$ 702,96 no referido mês.

Quanto à Infração 09, entendo que a mesma não foi elidida pela apresentação da nota fiscal nº 72.248, pois a aquisição de veículo de transporte pessoal para uso individual dos administradores da empresa ou de terceiros não autoriza a utilização do crédito fiscal, conforme o disposto no art. 97, IV, “c” e §2º, II, do RICMS/97, *in verbis*:

“Art. 97. É vedado ao contribuinte, ressalvadas as disposições expressas de manutenção de crédito, creditar-se do imposto relativo à aquisição ou à entrada, real

ou simbólica, de mercadorias no estabelecimento, bem como aos serviços tomados, qualquer que seja o regime de apuração ou de pagamento do imposto:

.....

IV - quando a operação de aquisição ou a prestação:

.....

c) se referir a mercadorias ou serviços alheios à atividade do estabelecimento;

.....

§ 2º Para os efeitos da alínea “c” do inciso IV, salvo prova em contrário, presumem-se alheios à atividade do estabelecimento, não conferindo ao adquirente direito a crédito, dentre outras situações:

.....

II - os veículos de transporte pessoal, assim entendidos os automóveis ou utilitários de uso individual dos administradores da empresa ou de terceiros;”

Tendo em vista a nota fiscal ser referente à aquisição de um veículo importado de luxo, marca Audi, modelo A4 1.8 Avant, com transmissão automática, onde o autuado não comprovou que o veículo não é de uso individual dos administradores da empresa ou de terceiros, entendo que a infração é subsistente.

Voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, conforme demonstrativo abaixo:

Infração	Data Ocorrência	Data Vencimento	Decisão	Valor Devido
1	Valor Total da Infração 01		Procedente	9.210,79
2	31/3/2000	9/4/2000	Procedente em Parte	301,09
	30/4/2000	9/5/2000		519,89
	31/5/2000	9/6/2000		11,50
	30/6/2000	9/7/2000		702,96
	31/7/2000	9/8/2000		58,62
	Valor Total da Infração 02			1.594,06
3	Valor Total da Infração 03		Procedente	14.746,06
4	Valor Total da Infração 04		Procedente	3.395,60
5	Valor Total da Infração 05		Procedente	1.164,31
6	Valor Total da Infração 06		Procedente	10.493,94
7	Valor Total da Infração 07		Procedente	5.232,55
8	Valor Total da Infração 08		Procedente	21.663,26
9	Valor Total da Infração 09		Procedente	9.300,36
Valor Total do Auto de Infração				76.800,93

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **206854.0002/04-6**, lavrado contra **ATOL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 76.800,93**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “a”, “b” e “f” e VII, “a” e “b”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 19 de novembro de 2004.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA – PRESIDENTE

MARCELO MATTEDI E SILVA - RELATOR

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA - JULGADOR